

GIOVANA ANDREA DA SILVA

**VIII ENCONTRO NACIONAL SOBRE O ENSINO DE SOCIOLOGIA NA
EDUCAÇÃO BÁSICA**

**GT4: A EDUCAÇÃO EM TRANSFORMAÇÃO SOB O NEOLIBERALISMO:
CENÁRIOS, IMPACTOS E RESISTÊNCIA**

**ENSINO DE SOCIOLOGIA E RESISTÊNCIA NO CAMPO: A EXPERIÊNCIA DAS
ESCOLAS DO MST FRENTE AO NEOLIBERALISMO EDUCACIONAL**

São Paulo/SP

2025



ENSINO DE SOCIOLOGIA E RESISTÊNCIA NO CAMPO: A EXPERIÊNCIA DAS ESCOLAS DO MST FRENTE AO NEOLIBERALISMO EDUCACIONAL

Giovana Andrea da Silva ¹

RESUMO

Este trabalho analisa os impactos do neoliberalismo na educação pública brasileira, com foco nas transformações curriculares e nas resistências pedagógicas de escolas do campo, especialmente as vinculadas ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Utilizando autores como Dardot, Laval, Apple, Caldart e Freire, o estudo discute o avanço da lógica mercantil sobre os sistemas educacionais e os desafios da construção de uma pedagogia emancipatória. A pesquisa compara dois modelos de ensino de Sociologia: um tecnicista e outro fundamentado na articulação entre os saberes sociológicos e a prática cotidiana dos estudantes. A análise aborda a Reforma do Ensino Médio (Lei 13.415/2017) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), percebendo-as como expressões do projeto neoliberal que desvalorizam as ciências humanas. Em contraste, as escolas do MST desenvolvem um currículo que integra os saberes locais, territorialidade e formação política. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa e autoetnográfica, destacando práticas pedagógicas dialógicas e interdisciplinares. Os resultados evidenciam a possibilidade de uma educação crítica e transformadora, apesar dos desafios impostos pelas políticas educacionais padronizadas e pela escassez de recursos. Conclui-se que o ensino de Sociologia nos territórios do campo representa uma alternativa à lógica neoliberal, ao valorizar os saberes locais e promover uma educação política e crítica.

Palavras-chave: Neoliberalismo, Educação Pública, Sociologia, MST, Reforma do Ensino Médio, BNCC, Pedagogia Freiriana, Resistência Pedagógica.

¹ Mestranda do Curso de Sociologia em Rede (ProfSocio) da UNESP/Marília - SP; identidade étnico racial: parda; gênero: feminino; residente em: Jacarezinho/PR; e-mail: s.giovana@escola.pr.gov.br

INTRODUÇÃO

O avanço da racionalidade neoliberal na educação brasileira tem provocado profundas transformações na estrutura, nos conteúdos e nas finalidades da escola pública. Mais do que um conjunto de políticas econômicas, o neoliberalismo atua como uma racionalidade governamental, moldando subjetividades, redefinindo os sentidos do direito à educação e impondo uma lógica mercadológica aos processos pedagógicos (DARDOT; LAVAL, 2016). Tal lógica se expressa na reconfiguração curricular, no esvaziamento dos conteúdos críticos e na centralidade das competências técnicas orientadas para o desempenho e a empregabilidade.

Nesse contexto, a disciplina de Sociologia tem sido sistematicamente desvalorizada, especialmente após a promulgação da Reforma do Ensino Médio. Sob o discurso da flexibilização e da ampliação das escolhas dos estudantes, essa reforma fortaleceu uma concepção tecnicista e fragmentada de ensino, priorizando itinerários formativos alinhados às demandas do mercado e marginalizando áreas do conhecimento que promovem a crítica social e a formação política (APPLE, 2003).

Nas escolas situadas em territórios do campo, indígenas e quilombolas, observa-se uma tensão entre o projeto hegemônico de educação neoliberal e práticas pedagógicas ancoradas em saberes ancestrais, coletivos e comunitários. O território, nesse cenário, não se configura apenas como um espaço físico, mas como um campo simbólico de disputa por sentidos, narrativas e modos de vida.

O referencial teórico que orienta esta pesquisa é constituído, principalmente, por três eixos interligados: a crítica à racionalidade neoliberal que impregna as políticas educacionais contemporâneas, a valorização das pedagogias da Educação Popular e da Educação do Campo como práticas de resistência, e a centralidade da Sociologia como instrumento para a formação de sujeitos críticos e historicamente situados.

Diante desse quadro, o presente artigo propõe-se a analisar os efeitos da racionalidade neoliberal sobre o currículo da escola pública, com especial atenção à disciplina de Sociologia. Busca-se compreender de que modo o Novo Ensino Médio intensifica os processos de mercantilização da educação e investigar experiências

pedagógicas que, ao articular o ensino da Sociologia aos saberes dos territórios populares, constituem práticas contra-hegemônicas, especialmente no contexto das escolas do campo organizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

O artigo está estruturado em três partes. Na primeira, discute-se a lógica neoliberal como racionalidade que estrutura as reformas educacionais e redefine os sentidos da escola pública. Na segunda, analisa-se a Reforma do Ensino Médio e seus impactos sobre o currículo, com ênfase na marginalização das ciências humanas. Na terceira, são exploradas experiências de ensino da Sociologia em escolas do campo, evidenciando práticas pedagógicas que articulam conteúdos sociológicos aos saberes produzidos nos territórios camponeses, promovendo uma formação crítica, emancipadora e territorializada.

1. O neoliberalismo como racionalidade política e seus impactos na educação pública

A emergência do neoliberalismo como racionalidade política, social e econômica tem produzido impactos significativos sobre a escola pública, reconfigurando não apenas sua estrutura, mas, sobretudo, sua função social e pedagógica. Mais do que uma doutrina econômica, o neoliberalismo manifesta-se como um regime de subjetivação que redefine os modos de ser, agir e educar, instituindo um novo ideal de sujeito: o indivíduo empreendedor de si, flexível, competitivo e responsável por sua própria inserção social (DARDOT; LAVAL, 2016).

Nesse contexto, a educação passa a ser concebida como um instrumento para o desenvolvimento de competências e habilidades que atendam às demandas do mercado de trabalho, relegando a um plano secundário sua função de formação integral e emancipadora. A escola pública, tradicionalmente entendida como espaço de construção do pensamento crítico, da socialização democrática e do direito à cidadania, é ressignificada como um espaço de preparação para o trabalho, pautada por uma lógica performativa e meritocrática (LAVAL, 2019).

As políticas educacionais orientadas por essa racionalidade promovem a desvalorização das disciplinas que possibilitam a problematização das estruturas sociais, como a Sociologia e a Filosofia, ao mesmo tempo, em que priorizam

conteúdos tecnicistas e competências instrumentais, alinhadas aos interesses do capital. A centralidade conferida ao discurso das competências, amplamente difundido por organismos internacionais como a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e o Banco Mundial, reforça essa perspectiva, transformando o currículo escolar em um espaço orientado pelo desenvolvimento de "saberes úteis" para a empregabilidade e a produtividade (SAVIANI, 2007).

No Brasil, essa lógica se manifesta de maneira contundente com a promulgação da Reforma do Ensino Médio, pela Lei nº 13.415/2017, que institucionaliza a flexibilização curricular, amplia a carga horária destinada à formação técnica e estabelece itinerários formativos que fragmentam o conhecimento e comprometem a formação humanística. Tal reforma representa a consolidação de um projeto educacional ajustado às exigências do capital, que subordina o direito à educação às dinâmicas do mercado e fragiliza a função social da escola pública como espaço de formação crítica e cidadã (GENTILI, 1995; APPLE, 2003).

Além disso, o processo de reconfiguração da escola pública implica a mercantilização da educação, evidenciada pela ampliação de parcerias público-privadas, pela adoção de modelos de gestão empresarial e pela crescente presença de conteúdos e materiais pedagógicos produzidos por fundações e institutos vinculados ao setor privado. Esse fenômeno não apenas reforça a lógica neoliberal no interior das escolas, mas também aprofunda as desigualdades educacionais, enquanto compromete a autonomia pedagógica dos docentes e dificulta a garantia de uma formação crítica e emancipadora (APPLE, 2003).

A partir dessa análise, constata-se que a racionalidade neoliberal constitui um projeto de reconfiguração profunda da escola pública, no qual a educação é concebida como mercadoria e o estudante como capital humano. Em tal contexto, as disciplinas voltadas à reflexão crítica sobre as desigualdades sociais, como a Sociologia, tornam-se alvos preferenciais de desvalorização e supressão, enquanto se reforçam práticas pedagógicas pautadas na lógica do desempenho, da eficiência e da competitividade.

2. A Reforma do Ensino Médio e a marginalização das ciências humanas

A expansão da racionalidade neoliberal sobre a educação pública promove profundas transformações curriculares, restringindo as possibilidades de formação crítica e esvaziando os sentidos emancipatórios do processo educativo. Contudo, paralelamente a essa tendência hegemônica, emergem experiências pedagógicas que se opõem a essa lógica, reafirmando a centralidade do conhecimento como instrumento de emancipação social. Um exemplo emblemático dessas práticas ocorre nas escolas do campo, organizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que, ao contrapor-se ao modelo tecnicista e produtivista, desenvolvem propostas educativas enraizadas nos saberes territoriais e nas lutas coletivas.

Nessas instituições, o ensino de Sociologia adquire papel fundamental, não se configurando como uma disciplina meramente teórica ou desvinculada da realidade, mas como uma ferramenta essencial para a leitura crítica do mundo, para a análise das contradições sociais e para a intervenção transformadora. O currículo, nesse contexto, deixa de ser concebido como um conjunto fixo e imutável de conteúdos, para se constituir como um campo de disputa e construção coletiva, no qual se articulam saberes científicos e populares.

Nas escolas do campo vinculadas ao MST, o ensino sociológico é atravessado pela vida concreta dos estudantes. As categorias analíticas da Sociologia como trabalho, classe, Estado, poder, desigualdade e ideologia são mobilizadas a partir das vivências nos assentamentos, das histórias familiares, das lutas por terra e dignidade, bem como das formas de organização coletiva. O conteúdo escolar, portanto, não se impõe de maneira abstrata, mas estabelece diálogo contínuo com a realidade concreta dos sujeitos, conferindo-lhes protagonismo no processo educativo.

Essa proposta pedagógica fundamenta-se na perspectiva freiriana de educação enquanto prática da liberdade. Como defende Freire (1996), “a educação problematizadora é um esforço constante de compreender a realidade em que vivemos para transformá-la com os outros” (p. 79). Tal concepção se materializa nas escolas do MST, onde o ensino de Sociologia configura-se como um meio para que

os sujeitos se reconheçam enquanto agentes históricos, capazes de intervir e transformar o mundo em que vivem.

Além disso, essas experiências pedagógicas confrontam a lógica meritocrática e individualista imposta pela Reforma do Ensino Médio. Em oposição ao estímulo à competição e à adaptação acrítica às exigências do mercado, promovem valores como a cooperação, o vínculo comunitário e o compromisso com a transformação social. A proposta pedagógica das escolas do campo rompe também com a fragmentação do conhecimento promovida pelas reformas neoliberais. As disciplinas deixam de ser compartimentadas, articulando-se em projetos integradores que relacionam teoria e prática, produção e reflexão, campo e cidade, escola e movimento social. Nessa perspectiva, a Sociologia encontra um terreno fértil para desenvolver-se de forma interdisciplinar, crítica e transformadora.

Observa-se, nesse sentido, um contraste significativo entre dois modelos de ensino de Sociologia. No modelo hegemônico, observa-se a prevalência de um currículo conteudista, voltado predominantemente à preparação para avaliações padronizadas, desvinculado das vivências concretas dos estudantes. No modelo desenvolvido nas escolas do campo, a disciplina adquire sentido como prática social, conectando os conteúdos aos desafios cotidianos enfrentados pelas comunidades rurais.

Tal comparação evidencia não apenas os limites do modelo hegemônico, mas, sobretudo, as potências que emergem quando a escola se abre aos saberes do território. Em vez de submeter-se à lógica do capital, a Sociologia pode afirmar-se como campo de resistência, espaço de formação política e semente de outros futuros possíveis. Como afirma Arroyo (2012), “a escola pode ser território de luta, de reinvenção e de criação de novas formas de existência coletiva” (p. 41).

Nesse sentido, a proposta educativa do MST constitui um contraponto radical à lógica neoliberal que subordina a educação aos interesses mercadológicos. Enquanto a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a Reforma do Ensino Médio priorizam competências voltadas à empregabilidade e à adaptação do indivíduo às exigências do capital, as escolas do campo buscam formar sujeitos históricos, críticos e comprometidos com a transformação social. O ensino de Sociologia, nesse

contexto, adquire centralidade ao fomentar o pensamento dialético, a análise estrutural da sociedade e a compreensão das contradições inerentes ao modo de produção capitalista.

Diante do avanço de uma racionalidade que molda diretrizes educacionais e redefine os sentidos da escola pública, torna-se imprescindível refletir sobre práticas pedagógicas que resistem a esse modelo hegemônico. Em contrapartida, à lógica da performatividade e da padronização, experiências como as do MST reafirmam a educação como prática emancipatória. É nesse horizonte que se insere a proposta das escolas do campo, cuja materialização tensiona diretamente os limites impostos pela Reforma do Ensino Médio e pela BNCC.

3. Escolas do campo e a resistência à lógica neoliberal: o ensino de Sociologia nas experiências do MST

As escolas do campo organizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) constituem experiências vivas de resistência à lógica neoliberal que permeia a educação brasileira contemporânea. Em territórios marcados por conflitos fundiários e históricas desigualdades sociais, essas escolas constroem, cotidianamente, uma pedagogia que se contrapõe à racionalidade instrumental e tecnicista, propondo uma formação crítica, popular e vinculada às lutas concretas por terra, justiça e dignidade. Para Ferreira (2019, p. 22), "as escolas do MST não são apenas espaços de ensino, mas de resistência ao modelo educacional neoliberal, que visa reduzir o saber à formação técnica e voltada para o mercado de trabalho".

A BNCC, documento normativo que orienta a elaboração dos currículos escolares em todo o território nacional, estabelece competências e habilidades que devem ser desenvolvidas no ensino de Sociologia no Ensino Médio. Entre os eixos estruturantes, destacam-se as discussões sobre identidade, cultura, trabalho, poder, desigualdades sociais e cidadania. Tais temas são fundamentais para a formação de um pensamento crítico e autônomo, conforme prevê a própria proposta da BNCC.

Contudo, a BNCC, ao mesmo tempo, em que garante a presença da Sociologia como componente curricular, impõe uma padronização que muitas vezes desconsidera os contextos específicos dos sujeitos do campo. A educação do

campo, por sua vez, respaldada pela LDB (Lei nº 9.394/1996), pelas Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (Resolução CNE/CEB nº 1/2002) e pelo Parecer CNE/CEB nº 36/2001, prevê a contextualização do currículo a partir das realidades socioculturais, econômicas e ambientais dos povos do campo. Como aponta Caldart (2004, p. 23), "a educação nos assentamentos do MST não pode ser apenas a aplicação de um currículo estatal; ela precisa dialogar com os sonhos e com a luta coletiva por uma sociedade diferente". Dessa forma, o ensino de Sociologia nas escolas do MST não se restringe ao que está prescrito na base comum, mas se amplia e se reinventa a partir da vida concreta dos estudantes e de suas comunidades.

A proposta pedagógica do MST se sustenta em pilares teóricos e políticos que desafiam a neutralidade do conhecimento e da escola. O ensino de Sociologia, nesse contexto, ganha centralidade por oferecer instrumentos teóricos e metodológicos que ajudam os educandos a compreenderem as relações sociais que estruturam sua vivência no campo. Questões como desigualdade social, relações de poder, estrutura de classes, cultura e ideologia são trabalhadas a partir de exemplos concretos do cotidiano das comunidades, das lutas sociais e da história do MST. Em seu trabalho, Moreira (2022, p. 45) defende que "o ensino de Sociologia nas escolas do MST ultrapassa o conteúdo técnico da disciplina, pois busca conectar a teoria à realidade local, atuando como catalisador das lutas por terra e justiça".

Deve-se entender por formação, na atualidade, tudo aquilo que, na vida da sociedade e, no caso, da sociedade capitalista, tem requisitos para crescer e desenvolver-se, o que está diretamente relacionado às grandes contradições dessa mesma sociedade. A formação do aluno, portanto, deve prepará-lo para compreender seu tempo e engajá-lo na resolução dessas contradições, de forma que sua superação represente um avanço para as classes menos privilegiadas e um acúmulo gradual e permanente de forças para a superação da própria sociedade capitalista (FREITAS, 2003, p. 56).

Para Caldart (2004, p. 57), "a escola deve ser um espaço de problematização da realidade, onde o conhecimento seja uma ferramenta para a leitura crítica do mundo e para a ação transformadora". O currículo das escolas do MST, portanto, é expressão de um projeto de sociedade que se opõe à lógica do capital, à

monocultura do pensamento e à negação das identidades camponesas. Tais experiências evidenciam uma dinâmica própria que, ao mesmo tempo, em que se realiza, tensiona os moldes da escola tradicional vinculada à lógica capitalista, especialmente ao aprofundar a vivência de princípios formativos alternativos.

Nesse contexto, destaca-se a presença significativa da leitura marxista das relações sociais no interior dessas práticas. A análise crítica das estruturas de poder, da propriedade privada da terra, da luta de classes e da alienação do trabalho constitui parte essencial das aulas de Sociologia, visando explicitar os mecanismos de dominação e opressão que sustentam a sociedade capitalista.

Essa pedagogia da terra parte do princípio de que não existe saber neutro, e que a escola deve estar comprometida com a transformação da realidade — um espaço de produção de consciência crítica e de fortalecimento da sua identidade. Ensinar Sociologia, nesse contexto, é promover uma formação política que conecta teoria e prática, conhecimento e ação.

O ensino de Sociologia nas escolas do MST se organiza de maneira interligada ao cotidiano, à história e às práticas dos assentamentos e acampamentos. Os temas clássicos da disciplina Estado, família, cultura, desigualdades, violência, movimentos sociais são trabalhados para dialogar com a vida concreta dos estudantes, seus territórios e suas lutas. Por exemplo, ao discutir o conceito de cidadania, analisa-se o acesso a políticas públicas no campo, o direito à terra e a atuação dos movimentos sociais como formas de exercício cidadão.

As metodologias adotadas marcam a coletividade, a pesquisa de campo, a análise crítica de textos e realidades locais, e o trabalho com projetos interdisciplinares. A Sociologia se articula com disciplinas como História, Geografia e Ciências da Natureza, possibilitando a construção de saberes complexos, enraizados e conectados às práticas agroecológicas, ao cooperativismo e à cultura camponesa. Souza (2017, p. 43) afirma que "a construção de uma consciência crítica passa por reconhecer as estruturas de dominação que atuam de forma sutil e cotidiana sobre os sujeitos", e isso se reflete diretamente na forma como o MST organiza o ensino.

Nas atividades pedagógicas, o estudante não é apenas receptor de informações, mas agente direto do conhecimento, em constante diálogo com sua comunidade e

com os educadores. Essa relação permite que o processo de ensino-aprendizagem seja permeado por afeto, compromisso político e engajamento ético.

A Sociologia cumpre uma função que ultrapassa a formação acadêmica convencional: ela é elemento essencial da formação política dos sujeitos do campo. Ao desenvolver uma consciência crítica sobre a sociedade e suas contradições, os estudantes se reconhecem como sujeitos históricos, capazes de intervir e transformar suas condições de vida.

A vivência no assentamento, a luta pela terra, a experiência da autogestão e da solidariedade são parte do currículo vivo dessas escolas. O ensino, então, torna-se o espaço onde essas experiências ganham linguagem conceitual, onde os educandos podem compreender que suas dores e conquistas não são individuais, mas coletivas e históricas.

Segundo Souza (2017, p. 43), "a construção de uma consciência crítica passa por reconhecer as estruturas de dominação que atuam de forma sutil e cotidiana sobre os sujeitos". Nesse processo, o debate ideológico é assumido com responsabilidade e clareza. Não se trata de doutrinar, mas de revelar que toda educação é política, e que não há neutralidade possível quando se trata de formar sujeitos.

Inspirado na pedagogia de Paulo Freire, o ensino da Sociologia nas escolas do MST valoriza o diálogo, a problematização e a construção coletiva do conhecimento. O educador não é o detentor do saber, mas um companheiro de caminhada, que aprende com os educandos ao mesmo tempo que ensina.

As aulas se estruturam em torno de temas geradores, que partem da realidade concreta e instigam a reflexão crítica. A pesquisa do meio é uma metodologia central: os estudantes investigam sua comunidade, entrevistam moradores, analisam as transformações no território e produzem conhecimento a partir disso. Freire (2019, p. 121) defende que "a leitura do mundo precede a leitura da palavra", reforçando a necessidade de que o conteúdo escolar se articule com a experiência vivida dos sujeitos.

Entretanto, apesar das conquistas pedagógicas e políticas do MST, o ensino de Sociologia nas escolas do campo enfrenta inúmeros desafios. O principal deles diz

respeito à tentativa de imposição de uma lógica educacional padronizada, tecnicista e descontextualizada, promovida por políticas públicas que desconsideram as especificidades do campo.

A ofensiva neoliberal também se manifesta na tentativa de deslegitimar práticas pedagógicas críticas, impondo modelos avaliativos que priorizam o desempenho mensurável em detrimento da formação integral. Nesse contexto, as escolas do campo vivem a tensão entre manter a fidelidade ao seu projeto político-pedagógico e atender às exigências do sistema educacional normatizado, o que evidencia a disputa por sentidos em torno da função social da escola.

Além disso, há uma escassez de materiais didáticos voltados à realidade dos estudantes camponeses, bem como uma constante tensão entre a proposta pedagógica do movimento e as exigências avaliativas do sistema educacional tradicional. Muitos educadores também enfrentam dificuldades para acessar formação continuada que articule teoria sociológica e prática militante.

Outro obstáculo recorrente é o preconceito institucional que recai sobre as escolas do MST, frequentemente associadas de forma pejorativa à doutrinação ideológica, quando, na verdade, promovem uma educação crítica, comprometida com os direitos humanos e com a democracia.

Entende-se, portanto, que o ensino da Sociologia nas escolas do campo organizadas pelo MST revela que é possível fazer educação de forma diferente: com os pés na terra, o olhar no horizonte e o coração nas causas do povo. Trata-se de uma prática que articula saberes escolares, experiências populares e uma ética do cuidado com a vida.

Ao reconfigurar o currículo, ao valorizar a história e a cultura camponesa, ao formar sujeitos críticos e atuantes, as escolas do MST mostram que ensinar Sociologia não é apenas transmitir conhecimento, mas cultivar liberdade.

3.1 – Exemplo de Plano de Trabalho Docente: Ressignificando a BNCC no contexto da Educação do Campo

Visando exemplificar como as propostas pedagógicas desenvolvidas nas escolas do MST se concretizam no cotidiano docente, apresenta-se, no **Anexo A**, um Plano de

Trabalho Docente elaborado durante a minha atuação docente no primeiro semestre de 2025, em uma escola do campo vinculada ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. O documento evidencia como o ensino de Sociologia pode ser planejado de maneira a articular teoria e prática, considerando as especificidades do contexto rural e os princípios da formação crítica.

Essa organização demonstra que, mesmo tendo como referência os eixos temáticos da BNCC como cultura, trabalho, cidadania e desigualdades sociais, o educador constrói um percurso formativo que dialoga com a luta pela terra, os processos de autogestão comunitária e a identidade camponesa. Tal prática evidencia uma dimensão política do currículo que, segundo Freitas (2003), deve estar articulada aos interesses históricos das classes populares.

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

A metodologia adotada articula revisão bibliográfica e análise documental, com base em autores críticos do neoliberalismo na educação, como Apple (2003), Dardot e Laval (2016), Laval (2019), Gentili (1995) e Arroyo (2012), além do exame da legislação educacional vigente, como a Lei nº 13.415/2017 e as Diretrizes Curriculares para a Educação do Campo, Indígena e Quilombola. Também são consideradas experiências pedagógicas registradas em projetos, relatórios e produções acadêmicas que evidenciam formas contra-hegemônicas de ensino da Sociologia nesses territórios. A análise busca compreender como tais práticas podem contribuir para a construção de uma educação democrática, enraizada nas realidades do campo e orientada pela transformação social.

CONCLUSÃO/CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do ensino de Sociologia nas escolas do campo organizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) evidencia que tais experiências constituem formas potentes de resistência à homogeneização curricular imposta pelo neoliberalismo educacional. Ao articular práticas pedagógicas enraizadas na vida concreta dos sujeitos do campo com a tradição crítica das Ciências Sociais, essas escolas demonstram que é possível construir uma educação emancipatória, que não se limita a preparar para o mercado de trabalho, mas que forma sujeitos históricos, críticos e comprometidos com a transformação social.

A proposta educativa do MST tensiona e amplia os limites da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), não como negação pura e simples das orientações legais, mas como reelaboração contextualizada, que respeita as especificidades dos povos do campo e as suas lutas por terra, justiça e dignidade. O ensino de Sociologia, nesse contexto, cumpre um papel essencial: oferece instrumentos teóricos e metodológicos para que os educandos compreendam as estruturas sociais, identifiquem os mecanismos de dominação e se reconheçam como sujeitos capazes de intervir na realidade.

A pedagogia desenvolvida nas escolas do MST rompe com a lógica tradicional da transmissão vertical de conteúdos, promovendo práticas que valorizam o diálogo, a pesquisa do meio, o trabalho coletivo e a articulação entre teoria e prática. Tais experiências educativas reafirmam o caráter político da escola e do currículo, recusando a falsa neutralidade que sustenta as propostas tecnicistas e padronizadoras.

Contudo, essas práticas enfrentam inúmeros desafios: desde as tentativas de imposição de modelos educacionais descontextualizados até a escassez de materiais didáticos adequados à realidade camponesa e a resistência institucional que estigmatiza tais iniciativas como espaços de doutrinação. Tais obstáculos não anulam, porém, a vitalidade e a legitimidade do projeto político-pedagógico do MST, que se mantém firme na construção de uma educação do campo crítica, popular e transformadora.

Assim, a experiência do ensino de Sociologia nas escolas do MST constitui uma referência fundamental para pensar alternativas pedagógicas em tempos de avanço do neoliberalismo e da mercantilização da educação. Ao demonstrar que é possível construir processos educativos que afirmem a dignidade humana, a justiça social e a participação democrática, essas escolas nos convidam a repensar o papel da Sociologia na formação escolar, especialmente no que diz respeito à sua função social e política.

Dessa forma, o trabalho pedagógico do MST reafirma que a educação é, sobretudo, um ato político de esperança e resistência, comprometido com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Como bem sintetizou Paulo Freire (2019, p. 41),

"a educação não transforma o mundo. Educação muda as pessoas. Pessoas transformam o mundo". É neste horizonte que se inscreve o ensino de Sociologia nas escolas do MST: como prática de liberdade e como semeadura de futuros mais justos para os povos do campo.

REFERÊNCIAS:

- APPLE, Michael W. Educação e poder. Porto Alegre: Artmed, 2003.
- CALDART, Roseli Salete. Pedagogia do movimento sem terra. São Paulo: Expressão Popular, 2004.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 65. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.
- FREITAS, Luiz Carlos de. A lógica da fragmentação curricular: o caso do Ensino Médio. In: Revista Educação & Sociedade, Campinas, v. 24, n. 85, p. 47-65, 2003.
- LAVAL, Christian. A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público. São Paulo: Boitempo, 2019.
- SOUSA, Luciana Alves de. A formação da consciência crítica e o ensino de Sociologia nas escolas do campo. In: Cadernos de Educação do Campo, v. 3, n. 1, p. 39-52, 2017.
- BRASIL. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as diretrizes e bases da educação nacional e estabelece a reforma do ensino médio. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 17 fev. 2017.
- BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 10 abr. 2025.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.
- CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB nº 1, de 3 de abril de 2002. Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 9 abr. 2002.
- CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Câmara de Educação Básica. Parecer CNE/CEB nº 36/2001. Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 4 dez. 2001.

PLANO DE TRABALHO DOCENTE- 1º SEMESTRE/2025

NOME DO PROFESSOR(A): Giovana Andrea	
ETAPA DE ENSINO: NOVO ENSINO MÉDIO	
COMPONENTE CURRICULAR: Sociologia	ANO/TURMA: 2º
Nº DE AULAS PREVISTAS PARA O SEMESTRE: 40	PERÍODO: 05/02/2025 à 05/07/2025
EQUIPE PEDAGÓGICA RESPONSÁVEL:	

OBJETIVOS FORMATIVOS: 1. Exercitar a expressão oral e escrita. 2. Utilizar conceitos na compreensão de questões da realidade concreta. 3. Formular conceitos simples desde fenômenos da realidade. 4. Exercitar o raciocínio lógico. 5. Demonstrar postura de curiosidade intelectual. 6. Desenvolver capacidade de observação da realidade e percepção dos problemas da vida. 7. Aprender a elaborar hipóteses de solução diante de problemas da prática. 8. Aprender procedimentos básicos de pesquisa para aprofundamento e comprovação de hipóteses ou posições sobre fatos. 9. Saber fazer análises e compor sínteses (mentais e escritas). 10. Desenvolver a capacidade de discernir sobre os vários lados de uma situação ou questão antes de tomar decisões e de agir. 11. Apropriar-se de tecnologias de produção e uso social. 12. Praticar valores de solidariedade, cooperação, responsabilidade, empatia, honestidade, humildade, respeito e outros, demonstrando hábitos e emoções de vida coletiva: disposição e entusiasmo de colaborar para o bem estar dos outros. 13. Demonstrar disponibilidade para ações de militância social/política. 14. Desenvolver capacidade de iniciativa e de agir organizadamente diante de problemas. 15. Desenvolver hábitos de trabalho individual e coletivo. 16. Aprender algumas habilidades técnicas relacionadas a trabalhos socialmente úteis. 17. Compreender a lógica da cooperação ou da organização do trabalho coletivo a partir de participação (na escola e ou fora dela) em formas de trabalho que possam envolvê-lo diretamente nas atividades de planejamento, execução e balanço crítico coletivo. 18. Conhecer as formas de organização da produção e do trabalho no campo, compreendendo o atual contraponto de lógicas entre agronegócio e agricultura camponesa, e sua relação com as lutas sociais dos movimentos sociais camponeses da atualidade. 19. Cultivar a memória e a identidade de trabalhador, camponês, Sem Terra. 20. Valorizar a produção cultural e fazer a análise crítica da atuação da indústria cultural e das tradições culturais. 21. Desenvolver a cultura corporal, possibilitando ampliar a consciência, a expressividade, o respeito e o cuidado com o corpo. 22. Consolidar hábitos de higiene e de cuidados com a saúde. 23. Desenvolver a sensibilidade estética, a criatividade e a capacidade de expressão artística. 24. Desnaturalizar as relações de opressão, demonstrando consciência e indignação diante de injustiças e situações de exploração entre os seres humanos e da natureza. 25. Realizar as atividades com comprometimento e autodisciplina, posicionando-se criticamente diante delas. 26. Desenvolver a afetividade, ampliando gradativamente o equilíbrio emocional. 27. Estabelecer/perceber relações entre conteúdos de ensino, atividades práticas e questões da realidade atual. 28. Perceber as conexões que ligam entre si os fenômenos, naturais e sociais, compreendendo, pelas questões da prática, o que são contradições, o que é movimento e como acontecem as transformações na natureza, na sociedade.

Complexo 1: Esse complexo foi organizado a partir da categoria da prática/porção da realidade local ou do entorno em que planejamos ancorar o estudo: “A Luta pela Reforma Agrária Popular”. Essa luta envolve não só a necessidade de acesso à terra como meio de produção, mas é uma luta por condições adequadas para viver e produzir, o que implica em moradia, acesso à tecnologia, viabilização da circulação e venda da produção e outros. A essa luta estão agregadas a luta pela terra, por gênero, pela saúde, por educação, por escola, por condições de moradia. Serão aprofundados estudos para o entendimento de vários aspectos desta categoria: trabalho e família, educação e escola, organização das instâncias do MST, Meio Ambiente, Gênero e sexualidade, acesso e permanência na terra, agricultura familiar x agronegócio, produção e comercialização de produtos agropecuários e políticas públicas. Assim sendo, a porção deve contemplar a realidade dos estudantes realizando as conexões com o conhecimento científico.

Habilidade da Área: Compreender as transformações sociais e os modos de vida; identificar a influência da cultura e dos meios de socialização na constituição dos sujeitos; refletir sobre o papel dos movimentos sociais como agentes transformadores.

Objetivo de Aprendizagem	Objeto de conhecimento	Conteúdo
Identificar os principais agentes de socialização e compreender seu papel na formação dos sujeitos. Reconhecer a Sociologia como ciência social voltada à análise crítica da realidade. Analisar como cultura, identidade e socialização atuam na constituição da vida em comunidade e no campo. Compreender os movimentos sociais como sujeitos de transformação social. Refletir sobre os vínculos entre indivíduo e sociedade a partir das experiências da juventude camponesa. Estabelecer conexões entre os conteúdos sociológicos e os contextos vividos pelos estudantes. Produzir textos e análises com base em observações empíricas e leituras sociológicas introdutórias.	Estudar os fundamentos sociológicos da estrutura fundiária brasileira e a questão agrária como construção social e histórica. Analisar as formas de organização social e política no campo, como o MST e outros movimentos, relacionando-os a teorias sociológicas sobre conflito, estrutura social e participação política. Discutir categorias como gênero, família, classe, território e educação no contexto da luta pela terra. Compreender a Sociologia como ciência que estuda as relações sociais e sua importância na vida em sociedade. Analisar criticamente as instituições sociais e os fenômenos socioculturais. Desenvolver a capacidade de reflexão sobre temas contemporâneos, relacionando teoria sociológica e prática social. Estimular o pensamento crítico e a participação cidadã por meio da análise das dinâmicas sociais.	Introdução à Sociologia e seus principais pensadores: Auguste Comte; Émile Durkheim; Karl Marx e Max Weber Cultura e identidade: etnocentrismo, relativismo cultural e multiculturalismo. Estratificação e mobilidade social. História da luta pela terra no Brasil: herança colonial, concentração fundiária e o papel do Estado. Reforma Agrária Popular e o MST: origens, princípios, organização e lutas. Trabalho e família no campo: divisão do trabalho, economia solidária e papel da mulher. Educação e escola do campo: pedagogia do movimento, Escola Itinerante, práticas educativas. Conflitos fundiários e violência no campo: criminalização dos movimentos sociais, resistência e memória. Agricultura familiar x agronegócio: modos de produção, impactos sociais e ambientais. Gênero e sexualidade no campo: patriarcado, violências, empoderamento feminino e dissidências sexuais.

Complexo 2: Esse complexo foi organizado a partir da categoria da prática/porção da realidade local ou do entorno em que planejamos ancorar o estudo: “Agroecologia” que envolve a necessidade de produzir de forma sustentável e responsável, é uma luta por condições adequadas para viver e produzir no campo, envolve o uso de tecnologia, o planejamento de agroecossistemas, a cooperação e a agro industrialização, o cuidado com o corpo e a luta por igualdade de gênero. A luta por agroecologia está articulada a capacidade de fazer escolhas por um projeto de vida no campo, que envolve a dimensão da cultura camponesa, da relação campo- cidade, da biodiversidade, do trabalho e renda, do núcleo familiar e das relações comunitárias. Envolve uma escolha política por um projeto de vida popular, que possibilita uma produção diversificada, a melhora progressiva do solo, a preservação do meio ambiente, manejo e uso consciente dos recursos naturais.

Habilidade da Área: Compreender as transformações sociais e os modos de vida; identificar a influência da cultura e dos meios de socialização na constituição dos sujeitos; refletir sobre o papel dos movimentos sociais como agentes transformadores.

Objetivo de Aprendizagem	Objeto de conhecimento	Conteúdo
Reconhecer a agroecologia como uma prática social, política e ambiental transformadora, vinculada ao direito à terra, à alimentação saudável, à sustentabilidade e ao bem viver. Desenvolver a consciência ecológica e crítica sobre os impactos do modelo agroindustrial e a importância da soberania alimentar. Refletir sobre o campo como espaço de projeto de vida, cultura, diversidade e resistência.	Compreender os princípios da agroecologia a partir de uma abordagem interdisciplinar, conectando saberes tradicionais e científicos. Analisar os impactos socioambientais do agronegócio e do uso intensivo de recursos naturais. Estudar as formas de organização e planejamento dos agroecossistemas, o cooperativismo, a agro industrialização e as relações entre campo e cidade.	Fundamentos da agroecologia: princípios, origens, interações ecológicas e conhecimento tradicional. Planejamento de agroecossistemas: diversidade, manejo sustentável do solo e da água, rotação de culturas. Produção agroecológica e soberania alimentar: segurança alimentar, feiras, sementes crioulas. Tecnologia e inovação no campo: tecnologias sociais, energia renovável, acesso à informação. Agro industrialização e cooperativismo: economia solidária, circuitos curtos de comercialização.

Encaminhamentos Metodológicos	Neste complexo, adotaremos metodologias investigativas e práticas, com foco em atividades como visitas a hortas, roças comunitárias ou feiras agroecológicas, além da realização de oficinas práticas (compostagem, biofertilizantes, sementes crioulas, etc.). A partir dessas experiências, serão propostas reflexões em sala de aula, com apoio de vídeos, textos e debates sobre o modelo agroecológico, sua relação com a sustentabilidade, cultura camponesa e autonomia. Os estudantes serão incentivados a elaborar e apresentar seus projetos de vida no campo, valorizando sua identidade, saberes locais e escolhas futuras. A culminância poderá ocorrer com uma feira pedagógica agroecológica, promovendo a socialização dos aprendizados com a comunidade escolar.
--------------------------------------	--

Avaliação (Critérios/Instrumentos)	Para garantir os pressupostos de uma avaliação contínua, formativa e personalizada surgem os instrumentos compostos pelas pastas de acompanhamento individuais e pareceres descritivos elaborados semestralmente, acrescidos das produções orais, escritas (gráficas em geral, como desenhos, poemas e textos) realizadas em sala e em casa, tomando por critério central a postura crítica diante de informações, fatos e pressupostos lançados pelos materiais e fontes trabalhadas, pelo professor e pelos colegas, além da capacidade de exercer o discurso em suas diferentes modalidades, expondo e defendendo pontos de vista e valorizando os discursos diferentes produzidos pelos outros e por diversos setores da sociedade (aplicando o senso de tolerância que preconiza que a violência e a intolerância não podem ser consideradas como parte normal do debate e da vida em sociedade).
---	---

Jacarezinho, 10 de fevereiro de 2025.

Assinatura do professor

Assinatura da pedagoga
